



NOME DO CANDIDATO: _____

DOC. DE IDENTIFICAÇÃO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – QUESTÕES OBJETIVAS

REDAÇÃO

ORDEM DAS QUESTÕES:

(01 - 15)

(16 - 50)

(TEMA DE REDAÇÃO)



SUA PROVA

- Este caderno de prova, contém: 15 questões de língua portuguesa, 35 questões objetivas, 1 redação dissertativa.
- Você receberá 1 cartão-resposta destinado às respostas das questões objetivas.
- Você receberá 1 folha oficial para Redação.

=

TEMPO

- O tempo disponível para a realização da prova, é de 3 horas e 30 minutos.
- 60 minutos após o início da prova é possível retirar-se da sala.



É PROIBIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Sair de sala sem autorização do fiscal de sala.
- Levar a prova antes de finalizar 03 horas de prova.
- Copiar o gabarito em papel, na roupa ou em qualquer parte do corpo, sendo somente permitido no local indicado na prova.



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de respostas (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira se seus dados pessoais, nome, CPF e curso estão corretos no cartão-resposta.
- Use somente caneta esferográfica com tinta preta ou azul para preencher o cartão-resposta.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta em caso de erro.
- Preencha todo o espaço da opção escolhida para a resposta. A marcação em mais de uma opção, anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Experiência: a Escola da Ponte

Tudo começou em 2000, via internet. Comecei a receber e-mails de um desconhecido de Portugal, Ademar Ferreira dos Santos. Uma brasileira lhe havia dado um livrinho meu, *Estórias de Quem Gosta de Ensinar*. Ele gostou. Sem nos conhecermos pessoalmente, nos descobrimos amigos. Ele me convidou para ir a Portugal e falar aos professores da Universidade de Braga e a adolescentes de uma escola secundária.

Fui e fiz. Foi bom. Aí, numa manhã, ele me disse: “Vou levar-te a conhecer uma escola diferente”. “Diferente como?”, perguntei. “Não é possível dizer-te. Tu verás.” Chegamos à escola. Na sua frente havia um pátio arborizado. Lá estava o diretor, professor José Pacheco. Aprendi que ele se recusa a ser chamado de diretor, por razões que explicarei mais tarde. Minha expectativa era que o diretor, por um mínimo dever de cortesia, haveria de levar-me a conhecer a escola. Homem de poucas palavras, trocamos meia dúzia de banalidades. Vinha passando à nossa frente uma menina de uns nove anos. Ele a chamou e disse: “Tu podes mostrar e explicar a nossa escola ao nosso visitante?”. “Pois, pois”, respondeu a menina, sem mostrar nenhuma surpresa. Ato contínuo, ele me abandonou e fiquei eu à mercê da menina. Eu nunca tinha tido experiência semelhante e nunca imaginei que fosse possível que um diretor entregasse a uma aluna, menina de nove anos, a tarefa de mostrar e explicar a sua escola a um educador estrangeiro. A menina não se fez de **rogada**. Encaminhou-se **resolutamente** na direção da porta da escola e eu, obedientemente, a segui. Chegando à porta, ela parou, voltou-se para mim e disse em voz resoluta e confiante: “Para entender a nossa escola, o senhor terá de se esquecer de tudo o que o senhor sabe sobre escolas. Não temos turmas, não temos alunos separados por classes, nossos professores não dão aulas com giz e lousa, não temos campanhas separando o tempo, não temos provas e notas”. Foi o segundo susto. As palavras da menina produziram um vazio na minha cabeça. Porque as escolas que conheço, mesmo as mais experimentais e avançadas, têm professores dando aulas, têm turmas, têm salas de aula que separam as crianças, têm provas e testes, têm notas e boletins para o controle dos pais.

Perguntei: “E como é que vocês aprendem?”. Ela me respondeu: “Formamos um pequeno grupo de seis pessoas em torno de um tema de interesse comum. Convidamos um professor para ser nosso assessor. Ele nos ajuda com informações bibliográficas e de internet. Estabelecemos, de comum acordo, um programa de trabalho de duas semanas. Durante esse tempo, lemos e pesquisamos. Ao cabo de duas semanas, nos reunimos para avaliar o que aprendemos e o que deixamos de aprender”. Percebi logo que naquela escola não podia haver livros-texto. Livros-texto são onde se encontram os saberes que, por escolha e determinação de uma instância burocrática superior, devem ser aprendidos pelos alunos. O conjunto desses saberes se denomina “programa”. Mas acontece que a curiosidade não segue os caminhos determinados pela burocracia. Sem livros-texto, as crianças têm de aprender a procurar os saberes necessários à compreensão do “tema de interesse comum”. E os professores deixam de ser aqueles que dominam os saberes prescritos pelos programas. Eles se encontram permanentemente em suspenso ante o inesperado dos interesses das crianças. Os professores não são aqueles que conhecem os saberes. São aqueles que sabem encontrar caminhos para eles. De qualquer forma, os saberes já se encontram em livros, bibliotecas, enciclopédias, internet. Acresce-se a isso o fato de que, hoje, os saberes se tornam rapidamente obsoletos. Se os alunos tiverem os mapas e souberem encontrar o caminho, eles terão sempre condições de descobrir o que sua curiosidade pede. E os professores, por não saberem de antemão o que as crianças querem saber, têm de se tornar aprendizes junto às crianças. O tal “programa de trabalho de duas semanas”, de que falou a menina, era para os professores também. Eles ensinam o aprender aprendendo junto.

O texto foi extraído do livro: ALVES, Rubem. **O desejo de ensinar e a arte de aprender**. Campinas: Fundação EDUCAR DPaschoal, 2004.

A partir do texto acima, resolva as questões de 1 a 4.

1. Qual das alternativas não exprime o pensamento do autor?

- a) A escola traz novidades quanto ao método de ensino.
- b) O autor imaginava e esperava que o diretor o levasse para conhecer a escola.
- c) Rubem Alves sentiu que o diretor o deixou.
- d) No início das explicações da aluna, o autor demonstrou perplexidade no tocante à escola não ter o formato tradicional de outras instituições.
- e) Para o autor, a aprendizagem naquela escola não ocorre de forma mútua e colaborativa entre alunos e professores.

2. A palavra “rogada”, no texto, pode ser substituída por:

- a) Fácil.
- b) Difícil.
- c) Impaciente.
- d) Clara.
- e) Gentil.

3. No texto há a palavra “resolutamente”, a que classe de palavras ela pertence?

- a) Adjetivo.
- b) Advérbio.
- c) Conjunção.
- d) Interjeição.
- e) Pronome.

4. No texto, há a oração “Na sua frente havia um pátio arborizado”, sobre a conjugação do verbo sublinhado na referida oração, ele está em que tempo e em que modo?

- a) Tempo pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- b) Tempo pretérito imperfeito do modo subjuntivo.
- c) Tempo pretérito imperfeito do modo indicativo.
- d) Tempo pretérito perfeito do modo indicativo.
- e) Tempo futuro do pretérito do modo indicativo.

5. Marque a opção em que há aposto:

- a) Gosto de todos os tipos de frutas: maçã, uva, laranja, mamão, melão, morango.
- b) Bom dia!
- c) Minha filha, por que você não foi à escola?
- d) Jovens, estudem!
- e) Meus amigos, fiquem atentos ao filme.

6. Escolha a alternativa na qual as palavras estão escritas corretamente:

- a) Supérfulo; sobrepujante; previlégio; empecilho.
- b) Reivindicação; gratuito; degladiar; iorgute.
- c) Exceção; losângulo; xuxu; beneficente.
- d) Cabeleira; sossego; cadaço; mecher.
- e) Capcioso; elucubração; fugaz; plissado.

7. Analise as orações abaixo. Qual delas há sujeito elíptico?

- a) Precisa-se de pintor para trabalhar na empresa.
- b) Amanheceu rapidamente.
- c) Faz dez anos que namoramos.
- d) Ana e Isaque cantam muito bem.
- e) Ficamos felizes pelo presente.

8. Quanto à crase, marque a opção correta:

I. Hoje, ___ 12:00, almoçarei naquele mesmo restaurante e pagarei ___ vista.

II. Ele está calçado ___ Luís XV e por isso irá ___ casa de *shows* para apresentar uma peça teatral.

III. Dessa vez, não tenho muito ___ dizer sobre o assunto, pois não gosto de conversar ___ distância.

Prefiro falar face ___ face.

- a) I. as, à; II. à, a; III. à, à, à.
- b) I. às, a; II. a, à; III. a, a, à.
- c) I. às, à; II. à, à; III. a, a, a.
- d) I. às, a; II. a, a; III. à, a, a.
- e) I. às, a; II. a, a; III. a, à, à.

9. Preencha as sentenças:

I. Atualmente, ___ pessoas optam por permanecer solteiras, ___, ainda assim, muitos sujeitos desejam se casar.

II. O cantor não fez _____ para que a mídia o ajudasse a ser famoso.

III. Meus primos deverão _____ ao Brasil em 2025.

IV. Não tem _____ o time ter perdido daquele jeito e ter retornada ao _____.

Marque a alternativa correta:

- a) I. mais, mas; II. nada de mais; III. vim; IV. nada haver, meio-dia e meio.
- b) I. mas, mais; II. nada demais; III. vir; IV. nada a ver, meio dia e meia.
- c) I. mas, mais; II. nada de mais; III. vim; IV. nada haver, meio-dia e meia.
- d) I. mais, mas; II. nada de mais; III. vir; IV. nada a ver, meio-dia e meia.
- e) I. mais, mas; II. nada demais; III. vim; IV. nada a ver, meio-dia e meia.

10. Qual das palavras diz respeito a um dígrafo?

- a) Chapéu.
- b) Burocracia.
- c) Peixe.
- d) Uruguai.
- e) Saúde.

11. O conjunto de palavras que constam apenas polissemia:

- a) Manga, cabo, planta, banco.
- b) Hoje, alegria, casa, pedra.
- c) Amor, fraternidade, caráter, verdade.
- d) Bom, empatia, estrutura, computador.
- e) Televisão, rádio, caderno, bola.

12. Identifique e assinale o item que traz um exemplo de prosopopeia:

- a) Seus dentes são como pérolas.
- b) O mar olhava silenciosamente para o casal que se cumprimentava.
- c) A Terra da Luz é a cidade mais bonita do Nordeste.
- d) Marcelo andou mais rápido do que um avião.
- e) Helena estava um pouquinho sem paciência.

13. Jocosos pode ser um sinônimo de:

- a) Alegre.
- b) Chato.
- c) Exigente.
- d) Formal.
- e) Educado.

14. Conforme as regras da língua portuguesa, identifique o uso do hífen que está empregado de modo correto:

- a) Dia-a-dia.
- b) Frente-a-frente.
- c) Bem-sucedido.
- d) Auto-regulação.
- e) Co-autoria.

15. Observe as palavras e assinale a que é formada por justaposição:

- a) Hidrelétrica.
- b) Vinagre.
- c) Passatempo.
- d) Fidalgo.
- e) Pernilongo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Em um evento organizado por uma universidade pública, três convidados foram chamados para debater a inclusão nas universidades públicas brasileiras. Os convidados são: João, 24 anos, um estudante com deficiência visual, que enfrentou diversos desafios durante sua trajetória acadêmica, mas conseguiu se formar com distinção em Direito; Maria, 17 anos, uma jovem com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que está cursando Engenharia de Software e tem se destacado por suas habilidades em programação e resolução de problemas; e Carlos, 15 anos, um estudante com síndrome de Down, que pretende cursar Pedagogia e é um influenciador digital engajado na defesa da inclusão e da acessibilidade no ambiente universitário. Durante o debate, os três compartilharam suas experiências pessoais, destacando as barreiras que enfrentaram e as estratégias que utilizaram para superá-las. Eles também discutiram a importância de políticas inclusivas, como a adaptação de materiais didáticos, a formação de professores para lidar com a diversidade e a criação de ambientes acessíveis e acolhedores para todos os estudantes. Sobre a capacidade civil de João, Maria e Carlos, **respectivamente**, assinale a alternativa correta:

- a) civilmente capaz, civilmente capaz e civilmente capaz;
- b) absolutamente incapaz, civilmente capaz e absolutamente incapaz;
- c) civilmente capaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz;
- d) civilmente capaz, absolutamente incapaz e relativamente incapaz;

e) relativamente incapaz, relativamente incapaz e relativamente incapaz.

17. Considere que Antônio Carlos, renomado cantor brasileiro, faleceu em 2017, deixando legado significativo na música brasileira. Reconhecendo a forte associação emocional do público com Antônio Carlos, a Empresa Valente S.A. decidiu utilizar a inteligência artificial e a técnica de *deep fake* para inserir digitalmente a imagem do referido cantor em uma campanha publicitária, substituindo o rosto de um ator vivo. Essa estratégia, posta em prática mediante prévio consentimento dos herdeiros de Antônio Carlos, visava capitalizar a nostalgia e o carinho do público pelo cantor, gerando maior engajamento com a marca e seus produtos. Sobre esse caso, responda:

a) A falta de proteção legal aos direitos de personalidade de pessoas mortas no contexto brasileiro não justifica a ausência de preocupações éticas ou morais, uma vez que, mesmo após a morte, deve ser respeitado o legado artístico do cantor e seu impacto sobre seus admiradores.

b) A situação levanta preocupações significativas sobre os direitos de personalidade do cantor falecido. Mesmo como consentimento dos herdeiros, há questionamentos sobre a vontade do próprio falecido, considerando que alguns efeitos dos direitos de personalidade se projetam além da morte, exigindo cuidado no trato do aspecto econômico do direito de imagem.

c) O uso da imagem de pessoa falecida, por meio de *deep fake*, é uma prática comum na publicidade contemporânea e não apresenta desafios éticos ou legais significativos em relação à proteção dos direitos de personalidade.

d) Considerando que a intenção por trás do uso de *deep fake* para recriar a imagem de Antônio Carlos foi homenageá-lo, sem intenção difamatória, qualquer preocupação com os direitos de personalidade se torna desnecessária, pois a boa-fé justifica plenamente o meio utilizado.

e) Uma vez que a tecnologia de *deep fake* é utilizada para propósitos comerciais, tais como aumentar o reconhecimento de marca e gerar lucro, qualquer questionamento sobre os direitos de personalidade da pessoa falecida é secundário, porque o objetivo principal é alcançar resultados positivos para a empresa.

18. Sérgio, 37 anos, é morador de rua, sem residência habitual, e vive em situação de vulnerabilidade. Diante disso, ele procurou a Defensoria Pública do Estado do Ceará para pedir judicialmente o fornecimento de medicamento de uso contínuo, negado em unidade básica de saúde. O Juiz da Vara da Fazenda Pública concedeu liminar e determinou a intimação de Sérgio, razão pela qual o oficial de justiça precisa saber o domicílio do referido morador de rua. A partir das informações dadas, é possível concluir que o domicílio de Sérgio é:

a) O lugar onde ele for encontrado.

b) O lugar onde tiver sede a Defensoria Pública do Estado do Ceará.

c) O lugar onde tiver sede a Vara da Fazenda Pública.

d) O lugar onde residirem os pais de Sérgio.

e) O lugar onde residirem os filhos de Sérgio.

19. Um impressionante feito de engenharia foi realizado na China, em Xangai: o prédio de cinco andares e 7,6 mil toneladas da escola primária Lagena, construída em 1935, foi reromvida para outro lugar a fim de dar espaço a um novo projeto. Em vez de demolir o edifício histórico, os engenheiros usaram uma técnica inovadora que permitiu que o prédio “caminhasse” por mais de 60 metros em cima de 198 pernas robóticas (G1. **O incrível transporte de prédio de cinco andares na China.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/26/o-incrivel-transporte-de-predio-de-cinco-andares-na-china.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2024). De acordo com o Código Civil Brasileiro, a escola em questão seria classificada como:

- a) bem móvel para efeitos legais.
- b) bem imóvel para efeitos legais.
- c) bem móvel, uma vez que removida por força alheia, sem alteração da substância ou da sua destinação econômico-social.
- d) bem imóvel, pois a edificação, separado do solo, foi removida para outro local, conservando a sua unidade.
- e) semovente.

20. Alex nasceu em uma pequena cidade no interior do Brasil. Desde muito jovem, Alex sentia que era diferente das outras crianças. Aos 18 anos, após muita reflexão e pesquisa, Alex se identificou como uma pessoa transgênero e decidiu começar a transição de gênero. Apesar dos desafios e preconceitos, Alex persistiu. Alex, agora com 25 anos, é uma respeitada atriz e deseja mudar seu nome civil para Alexa, alterando também o seu gênero. A partir das informações, assinale a alternativa verdadeira:

- a) A mudança de nome e de gênero no registro civil não poderá ser realizada, pois o nome é um direito da personalidade que designa a pessoa natural e a identifica perante a sociedade, além do fato de que o gênero é definido no momento do nascimento da pessoa natural, de acordo com suas características biológicas.
- b) A mudança de nome poderá ser realizada diretamente pela via administrativa, mas a mudança de gênero no registro civil somente pode ser obtida pela via judicial, uma vez que o aspecto biológico do corpo humano entra em conflito com a proteção jurídica da dignidade de Alexa.
- c) Alexa, transgênero, tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu nome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.
- d) Alexa, transgênero, tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu nome e de sua classificação de gênero no registro civil, e poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa, desde de que obtenha laudos médico e psicológico favoráveis à realização da referida mudança.
- e) Alexa, transgênero, tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu nome e de sua classificação de gênero no registro civil, e poderá exercer tal faculdade somente pela via judicial, após prévio procedimento cirúrgico de mudança genital.

21. Teresa, 18 anos de idade, foi ofendida por Sandy, 19 anos de idade, nas redes sociais, em razão de sua aparência física, configurando-se a conduta como injúria. Sentindo que seu direito foi violado, Teresa decidiu ajuizar ação de reparação de danos contra Sandy. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Teresa tem o prazo prescricional de 3 (três) anos para exercer a sua pretensão.
- b) Teresa tem o prazo decadencial de 3 (três) anos para defender de seu direito protestativo.
- c) Teresa tem o prazo prescricional de 4 (quatro) anos para exercer a sua pretensão.
- c) O direito de Teresa é imprescritível, não se sujeitando a prazo de prescrição ou de decadência.
- e) Teresa tem o prazo decadencial de 4 (quatro) anos para defender de seu direito protestativo.

22. O casamento de Ana e João promete ser inesquecível. A cerimônia será realizada no jardim da casa da família da noiva, decorado com flores brancas e detalhes rústicos que refletiam a simplicidade e a elegância do casal. Ana usará o vestido de noiva que pertenceu à sua bisavó, um tesouro de família passado de geração em geração. O vestido, com seus delicados bordados e rendas, era carregado de história e significado. Cada noiva da família que o usara adicionara um toque pessoal, tornando-o ainda mais especial. Para a recepção, foram utilizadas 100 toalhas brancas de mesa, todas idênticas, que

cobriam as mesas dispostas no jardim. Elas proporcionavam uma base neutra e elegante para a decoração, permitindo que as flores e os arranjos brilhassem. Considerando o texto-base, analise as afirmativas abaixo e, depois, assinale a alternativa correta:

Afirmativa 1: O vestido de Ana é bem infungível e as toalhas brancas de mesa são bens fungíveis.

PORQUE

Afirmativa 2: Bens fungíveis podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade; e bens infungíveis são únicos e não podem ser substituídos por outros da mesma espécie.

- a) A afirmativa 1 é verdadeira e a afirmativa 2 é uma justificativa correta da 1.
- b) A afirmativa 1 é verdadeira, mas a afirmativa 2 não é uma justificativa correta da 1.
- c) A afirmativa 1 é verdadeira e a afirmativa 2 é falsa.
- d) A afirmativa 1 é falsa e a afirmativa 2 é verdadeira.
- e) Tanto a afirmativa 1 quanto a afirmativa 2 são falsas.

23. Assinale o único item em que esteja corretamente indicando característica presente na Administração Pública Direta e Indireta:

- a) É legal a restrição que exige a aprovação pelo Legislativo, da indicação dos Presidentes das entidades da Administração Pública Indireta em autarquias e fundações públicas instituídas pelo Poder Público, dela excluídas as sociedades de economia mista e as empresas públicas.
- b) São constitucionais as normas da Constituição Estadual, nas quais se dispõe competir à Assembleia Legislativa do Estado, convocar ou encaminhar pedidos escritos requerendo de informação a dirigentes de entidades da Administração Pública Indireta sob pena de crime de responsabilidade.
- c) Há compatibilidade constitucional da delegação do poder de polícia administrativa a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta prestadoras de serviço público em geral.
- d) As empresas controladas, de direito privado, adquiridas integralmente ou com parcela de seu capital social assumido por empresa estatal, realiza-se independentemente de autorização legislativa, integrando a Administração Pública indireta.
- e) O regime de pagamento por precatório é aplicado tanto aos órgãos da Administração Direta, quanto às entidades da Administração Indireta em geral.

24. A respeito da revogação e anulação dos atos administrativos, analise as afirmativas a seguir:

I- Para proceder à revogação de um ato administrativo, é necessário que o mesmo tenha se tornado inconveniente ou inoportuno ao sistema jurídico, sendo este o seu motivo, e a revogação caberá tão somente ao poder que o instituiu.

II- O Judiciário não pode exercer poder discricionário ilimitado, interferindo na decisão da Administração Pública, quando esta exercer sua atribuição de revogação dos atos administrativos por ela instituídos.

III- O ato administrativo realizado pela Administração Pública poderá ser anulado pelo Poder Judiciário somente caso seja considerado ilegítimo.

Em seguida, assinale abaixo a única a alternativa correta:

- a) todas as alternativas são corretas.
- b) somente as afirmativas I e II são corretas.

- c) somente as afirmativas II e III são corretas.
- d) somente as afirmativas I e III são corretas.
- e) nenhuma alternativa está correta

25. Marque a única alternativa correta no que se refere a atos administrativos:

- a) Entre as inúmeras classificações dos atos administrativos tem-se a licença ambiental, que é o ato administrativo unilateral e vinculado qualificado como sendo ato enunciativo.
- b) A alteração no horário de funcionamento de uma repartição pública é considerada como um ato administrativo geral ou regulamentar, pois é expedido em função de um grupo definido de destinatários.
- c) Atos de expediente nem sempre são atos internos à administração, pois visam dar andamento à rotina administrativa.
- d) O ato discricionário não se confunde com o ato arbitrário, já que arbitrário é o ato praticado fora dos padrões da legalidade e discricionário é praticado, dentro da lei, de acordo com a conveniência e oportunidade.
- e) A regra da segurança jurídica é que haja irrevogabilidade dos atos administrativos, vale dizer, a impossibilidade de deixar com a Administração o poder de avaliar, de forma aleatória e discricionária, quando um ato deve perdurar, ou quando há interesse de suprimi-lo do universo jurídico.

26. Leia as afirmativas a seguir e marque (V) para as VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS. Podemos afirmar sobre os princípios da Administração Pública:

- I. Os dois princípios fundamentais e que decorrem da assinalada bipolaridade do Direito Administrativo – liberdade do indivíduo e autoridade da Administração – são os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público sobre o particular.
- II. Se a atuação da Administração pública implicar em afastamento da legalidade, seus administradores responsáveis estarão expostos apenas à responsabilidade civil.
- III. O princípio da Supremacia do Interesse público inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação.
- IV. Supraprincípios ou superprincípios são os princípios centrais dos quais derivam todos os demais princípios e normas do Direito Administrativo, são dois: a) supremacia do interesse público sobre o privado; e b) indisponibilidade do interesse público.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- a) F, F, V, F,
- b) V, F, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) V, F, F, F.
- e) F, V, F, V.

27. Acerca do Direito Administrativo, assinale a única alternativa correta abaixo:

- a) A expressão “administração pública” quando utilizada em seu sentido objetivo, significa o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que tenham a incumbência de executar as atividades administrativas.

- b) Em relação às fontes do Direito Administrativo Brasileiro, o Costume assim determinado pela prática reiterada da atuação administrativa, tem aplicação praticamente nula, embora devam ser respeitados.
- c) O sistema jurídico administrativo tem como objeto somente o conjunto de regras de direito público sobre os quais incidem a atividade da administração pública, respeitando assim, o princípio da legalidade.
- d) A existência de uma estrutura administrativa própria em cada ente da Federação revela uma divisão vertical da Administração Pública, cuja organização administrativa significa hierarquia entre os níveis, decorrente da forma federativa do Estado Brasileiro.
- e) A centralização administrativa é a situação em que o Estado executa suas tarefas diretamente, por intermédio de suas inúmeras entidades, órgãos e agentes administrativos que compõem a sua estrutura funcional.

28. Análise as afirmações sobre o princípio da razoabilidade conforme segue:

I- O Estado se baseia, dentre outros princípios, com princípio da razoabilidade, sempre que se depara com uma margem de escolha ou um espaço de discricionariedade, mas tão somente a utiliza no plano administrativo, em que demanda a avaliação da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito das ações estatais.

II- A discricionariedade é a competência-dever de o administrador, no caso concreto, após a interpretação, de valorar qual a melhor maneira de concretizar a utilidade pública postulada pela norma, dentro de um critério de razoabilidade, e afastado de suas ideologias.

III- O princípio da razoabilidade diz respeito à aceitabilidade da conduta em face de padrões racionais de comportamento.

IV- Entre outras coisas, o princípio da razoabilidade exige proporcionalidade entre os meios e os fins que a Administração pública tem que alcançar. E essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade.

De acordo com as afirmações, assinale a única alternativa correta abaixo:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Estão corretas somente as afirmações dos itens I, II e III.
- c) Estão corretas somente as afirmações dos itens I, II e IV.
- d) Estão corretas somente as afirmações dos itens I, III e IV.
- e) Estão corretas somente as afirmações dos itens II, III e IV.

29. Refletindo sobre os negócios jurídicos firmados pela Administração Pública, assinale a única afirmativa correta:

a) Uma vez que o negócio jurídico é informado sempre pela declaração de vontade, por analogia ou interpretação extensiva, pode-se facilmente levar essa contribuição do direito civil para o campo do direito administrativo, já que os institutos têm os mesmos elementos.

b) Não é permitido que a Administração pública realize negócios não formais ou não solenes, em virtude da lei que prescreve a necessidade da observância de determinada forma, e que sempre colocam a Administração pública em vantagem em relação ao particular.

c) Negócio jurídico administrativo é expressão que deve ser reservada, tão-somente, aos contratos de direito privado, celebrados pelo Estado com o particular, acordos em que a administração abdica das prerrogativas públicas que lhe são inerentes, adotando a posição do particular, como no caso da compra e venda.

- d) O método da transposição deve ser amplamente utilizado por especialistas em direito administrativo, e consiste na elaboração de matéria de negócios jurídicos no campo do direito civil, e depois trasladá-lo para a esfera dos negócios administrativos do direito administrativo, sendo aceito amplamente pela doutrina.
- e) Negócios administrativos dependem da tendência pessoal do agente público, já que a vontade humana é abrangente e supera a ideia de finalidade, motora única do interesse público.

30. Trata-se o recurso de apelação de um instrumento utilizado pelas partes para impugnar decisões proferidas por juízes de primeira instância, buscando sua revisão por um tribunal superior. Esse recurso visa assegurar a justiça e a correção das decisões judiciais, possibilitando uma nova análise da matéria debatida. Sobre o recurso de apelação, conforme o Código de Processo Civil de 2015, verifique as seguintes assertivas e assinale o item correto:

- a) Quando o resultado da análise do recurso de apelação não for unânime, haverá prosseguimento do julgamento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores. Estes, deverão ser convocados conforme termos do regimento interno do tribunal, designados em quantidade suficiente para assegurar a possibilidade de inversão do resultado inicial.
- b) O prazo para interposição da apelação é de cinco dias úteis, contados a partir da publicação da sentença em diário de justiça. É fundamental que a parte interessada observe esse prazo, sob pena de preclusão, ou seja, a perda do direito de recorrer.
- c) As matérias já solucionadas na fase cognitiva do processo e que não comportem questionamento via agravo de instrumento, são atingidas pela preclusão, a não ser que sejam suscitadas em preliminar de apelação interposta nas contrarrazões.
- d) A análise da apelação comporta decisão monocrática quando incumbe ao relator apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal.
- e) A apelação possui efeito devolutivo e interruptivo, restando defesa a aplicação do efeito suspensivo, que implica no fato de que a decisão dada anteriormente não terá efeito até que ocorra o novo julgamento, preservando-se, assim, a segurança jurídica em segundo grau.

31. Coisa julgada é um instituto jurídico no âmbito do processo civil que confere imutabilidade e estabilidade às decisões judiciais, tornando-as definitivas e inalteráveis. Quando uma decisão judicial transita em julgado, ou seja, não é mais passível de recurso, ela adquire o status de coisa julgada, impedindo que a mesma questão seja rediscutida em novos processos. Sobre o instituto da coisa julgada no processo civil, assinale o item correto:

- a) A coisa julgada formal impede a reabertura de discussões sobre a mesma matéria, proporcionando estabilidade às relações jurídicas e confiança na atuação do Poder Judiciário. Reconhece-se a coisa julgada quando duas ou mais ações são idênticas, possuindo as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, tramitando simultaneamente.
- b) A coisa julgada é o mecanismo que confere definitividade às decisões judiciais, impedindo a rediscussão de questões já decididas e assegurando a segurança e a estabilidade das relações jurídicas, razão pela qual torna extinto o feito quando o autor abandona a mesma ação por três vezes, não podendo, portanto, ajuizá-la uma quarta vez.
- c) A decisão que concede tutela antecipada faz coisa julgada material.
- d) A coisa julgada formal garante a segurança jurídica e a certeza de que os litígios serão resolvidos de maneira definitiva, vedando, inclusive, a propositura de novas ações, fazendo coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- e) A coisa julgada material abrange a eficácia da decisão em relação a outros processos. Significa que a questão decidida não pode ser rediscutida em outra ação judicial, vinculando as partes e o próprio

Judiciário ao decidido, denominando-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

32. No processo civil, as partes e os procuradores desempenham papéis fundamentais na condução e desenvolvimento do litígio. Eles são essenciais para a estrutura e funcionamento do processo. Sobre o tema, analise as assertivas abaixo e assinale o item incorreto:

- a) É proibido às partes, a seus procuradores, aos membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, aos juízes e a qualquer pessoa que participe da relação jurídico-processual utilizar expressões ofensivas nos escritos apresentados.
- b) Todos os que participam do processo deverão cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar dificuldades à sua efetivação.
- c) São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, entre outros, expor os fatos em juízo conforme a verdade
- d) Ao cônjuge será dispensado o consentimento do outro para propor ação judicial que verse sobre direitos reais imobiliários, a não ser quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- e) Caso seja identificada a incapacidade processual ou mesmo alguma irregularidade da representação da parte, caberá ao juiz suspender o processo e designar um prazo razoável para que o referido vício seja corrigido em tempo hábil.

33. Atos processuais no processo civil são as ações ou manifestações realizadas pelas partes, juízes e outros sujeitos do processo, que visam à constituição, desenvolvimento e conclusão do procedimento judicial. Esses atos são fundamentais para o andamento do processo, estabelecendo uma sequência ordenada e legalmente prevista de atividades que permitem a resolução de conflitos de interesses por meio do Poder Judiciário. Acerca dos atos processuais no Direito Processual Civil brasileiro, assinale o item correto:

- a) Os termos e atos processuais devem ser realizados a partir de uma forma determinada para que seja garantida sua validade procedimental, salvo quando a lei dispuser em contrário. Assim, desconsidera-se a validade dos atos processuais quando não realizados de forma padronizada, mesmo que preencham a finalidade essencial, uma vez que o princípio do devido processo legal se baseia na premissa de que os atos demandam sequência e procedimentos adequados à complexidade da causa.
- b) Entre outras hipóteses previstas em lei, tramitam em segredo de justiça os processos em que em que o exija o interesse público ou social.
- c) A prerrogativa de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça, inclusive solicitando a emissão de certidões de seus atos, é restrito apenas às partes, testemunhas, procuradores e sujeitos auxiliares do processo, como técnicos e analistas judiciários, desde que lotados em unidades judiciárias do mesmo tribunal.
- d) O uso obrigatório do vernáculo se restringe ao teor dos documentos escritos e apresentados antes da fase de saneamento do processo.
- e) O registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões fechados, garantindo-se o respeito à intimidade dos dados, e atendendo aos requisitos de autenticidade, integridade, temporalidade, restando defesa sua aplicação para os casos que tramitem em segredo de justiça.

34. Os auxiliares da justiça desempenham um papel crucial no sistema judiciário, proporcionando suporte técnico, administrativo e operacional que garante o bom andamento dos processos e a eficiência da prestação jurisdicional. Eles contribuem para a execução das atividades judiciais, colaborando com juízes, promotores e advogados e assegurando que os procedimentos legais sejam seguidos de forma correta e eficaz. Sobre os auxiliares da justiça, analise as seguintes alternativas e assinale o item correto.

- a) Os escrivães são servidores judiciais encarregados de organizar e manter os registros dos processos, redigir e expedir documentos oficiais, e assegurar que os autos processuais estejam em ordem e atualizados. Eles desempenham um papel essencial na gestão documental do processo, garantindo que todas as informações relevantes estejam corretamente registradas e acessíveis, incumbindo aos mesmos realizar a interpretação simultânea dos depoimentos das partes e testemunhas com deficiência auditiva que se comuniquem por meio da Língua Brasileira de Sinais, ou equivalente, quando assim for solicitado.
- b) Os administradores judiciais são nomeados em processos de recuperação judicial, falência e insolvência, sendo responsáveis pela gestão e administração dos bens e negócios das empresas em crise, sob supervisão do juiz. Caberá aos mesmos entregar o mandado em cartório após seu cumprimento, certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber e auxiliar o juiz na manutenção da ordem.
- c) Os peritos são especialistas nomeados pelo juiz para realizar exames técnicos ou científicos que demandem conhecimento especializado, fornecendo laudos e pareceres que auxiliam na tomada de decisões, não cabendo aos tribunais a realização de avaliações periódicas para manutenção do cadastro, mas sim, ao órgão de classe ao qual estão vinculados.
- d) A atuação dos oficiais de justiça é fundamental para garantir que as partes sejam devidamente informadas sobre os atos processuais e que as ordens judiciais sejam cumpridas, cabendo aos mesmos, entre outras funções, executar mandamentos judiciais, auxiliar a autoridade julgadora na manutenção da ordem e efetuar avaliações, quando necessário.
- e) Tradutores e intérpretes são responsáveis pela tradução de documentos e pela interpretação simultânea ou consecutiva em audiências e outros atos processuais, quando uma das partes ou testemunhas não compreende o idioma oficial do processo, podendo atuar na função, em regra, o intérprete ou tradutor que for arrolado como testemunha ou que atuar como perito no processo, pela garantia da economia processual.

35. Sobre a competência no Direito Processual Civil, analise as seguintes assertivas e assinale o item correto:

- a) Competência no processo civil refere-se à atribuição legal que determina a jurisdição específica de um órgão judicial para conhecer, processar e julgar determinadas causas, e é determinada no instante em que é realizado o registro ou a distribuição da peça inaugural, tratando-se como irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas a posteriori, a não ser quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- b) A ação judicial que discute matéria baseada em direito pessoal ou direito real sobre bens móveis deve ser ajuizada, como regra do Código de Processo Civil de 2015, no foro de domicílio do autor.
- c) Um dos critérios de determinação de competência possui base na localização geográfica onde o fato ocorreu ou onde residem as partes. Por exemplo, ações relativas a imóveis devem ser julgadas no foro de domicílio do réu.
- d) A determinação da competência assegura que as causas sejam julgadas por órgãos especializados e adequadamente preparados para lidar com a matéria, promovendo decisões mais justas e bem fundamentadas. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função, pode ser modificada apenas por convenção das partes.
- e) A competência territorial se relaciona às funções específicas desempenhadas pelos diversos órgãos judiciais dentro de uma mesma instância ou entre diferentes instâncias. Inclui a distribuição de tarefas entre juízos de primeiro grau e tribunais de segundo grau, ou entre juízes de instrução e juízes de execução.

36. Jurisdição é a função do Estado, exercida pelos órgãos judiciais competentes, de aplicar o direito a casos concretos com o objetivo de resolver conflitos de interesse e assegurar a ordem jurídica. É a manifestação concreta do poder estatal de dizer o direito, envolvendo a análise dos fatos, a interpretação das normas jurídicas e a prolação de decisões que visam à pacificação social. Sobre a função jurisdicional, jurisdição e ação, analise as seguintes assertivas e assinale o item correto:

- a) Cabe à autoridade judiciária brasileira o processamento de demanda judicial quando existir cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato de abrangência e execução internacional, suscitada pelo réu na peça contestatória.
- b) São condições da ação o interesse, a legitimidade e a possibilidade jurídica do pedido.
- c) Em matéria de sucessão hereditária, cabe à jurisdição brasileira de forma concorrente à jurisdição internacional, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados em território nacional, mesmo que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.
- d) Respeitando-se as regras gerais de competência, as ações propostas diante de tribunais estrangeiros, com mesmas partes, pedido e causa de pedir em relação à jurisdição brasileira, induzem litispendência, impedindo que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
- e) A jurisdição nacional geralmente é limitada ao território do país, abrangendo todas as pessoas, bens e fatos que estejam dentro de suas fronteiras. As decisões judiciais proferidas pelos tribunais nacionais têm efeito e são executadas dentro desse território, competindo à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.

37. João, motivado por dificuldades financeiras, decide roubar um supermercado em sua cidade. Para isso, ele planeja todos os detalhes, compra uma arma de brinquedo para intimidar o caixa e escolhe um dia e horário em que o estabelecimento estará menos movimentado. No dia do roubo, João entra no supermercado com a arma de brinquedo escondida sob a jaqueta. Ao se aproximar do caixa, ele percebe a presença de câmeras de segurança que ele não havia notado durante o planejamento. Assustado e temendo ser identificado e preso, João desiste do roubo e sai do supermercado sem cometer qualquer ato de violência ou ameaça. Com base no caso concreto apresentado, assinale a assertiva correta:

- a) João cometeu o crime de tentativa de roubo, pois já havia tomado todas as providências necessárias para a consumação do delito.
- b) A desistência voluntária de João caracteriza arrependimento posterior, que atenua a pena do crime de roubo.
- c) João não responde por tentativa de roubo, pois sua desistência foi voluntária e ocorreu antes de iniciar a execução do crime.
- d) A presença de câmeras de segurança não interfere na configuração de desistência voluntária, pois João já estava no local do crime com a intenção de roubar.
- e) João responde por porte de arma, mesmo que a arma seja de brinquedo, pois estava no local do crime preparado para utilizá-la.

38. Quais são os elementos do fato típico no direito penal brasileiro?

- a) Conduta, tipicidade, ilicitude e culpabilidade.
- b) Conduta, tipicidade, resultado e nexo causal.
- c) Conduta, tipicidade, ilicitude e dolo.
- d) Conduta, tipicidade, nexo causal e culpabilidade.
- e) Conduta, tipicidade, ilicitude e punibilidade.

39. Qual alternativa abaixo NÃO é uma discriminante?

- a) *Legítima* Defesa.
- b) Estado de Necessidade.
- c) Estrito Cumprimento do Dever Legal.
- d) Exercício Regular do Direito.
- e) Coação Moral Irresistível.

40. Maria dirigia seu carro a caminho do trabalho quando, ao ultrapassar o sinal verde de um semáforo, foi atingida por outro veículo conduzido por Paulo, que avançou o sinal vermelho. O impacto causou danos materiais ao carro de Maria e ela sofreu ferimentos leves. Com base no caso concreto apresentado, assinale a assertiva correta sobre a relação de causalidade:

- a) A culpa de Maria é evidente, pois ela estava dirigindo seu carro no momento do acidente.
- b) Paulo é responsável pelo acidente, pois ele avançou o sinal vermelho, causando a colisão.
- c) Maria poderia ter evitado o acidente se estivesse dirigindo mais devagar.
- d) A responsabilidade pelo acidente é de ambos, pois estavam dirigindo em um cruzamento.
- e) O sinal verde do semáforo justifica a conduta de Paulo, que não poderia prever o acidente.

41. Qual princípio determina que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu?

- a) Princípio da Legalidade em sentido estrito.
- b) Princípio da Territorialidade.
- c) Princípio da Irretroatividade.
- d) Princípio da Extraterritorialidade.
- e) Princípio da Anterioridade.

42. Qual das assertivas abaixo define corretamente o conceito de dolo no direito penal?

- a) Dolo é a conduta involuntária que resulta na prática de um crime.
- b) Dolo é a intenção de obter vantagem ilícita em detrimento de outra pessoa.
- c) Dolo é a consciência e vontade de realizar a conduta descrita na lei como crime.
- d) Dolo é a negligência ou imprudência que resulta em um resultado criminoso.
- e) Dolo é a ausência de intenção de cometer um ato ilícito, mas que resulta em crime.

43. Carlos, que é um caçador experiente, estava caçando em uma floresta quando avistou um animal se movendo entre as árvores. Sem verificar de forma adequada, ele disparou sua arma acreditando que estava mirando em um javali. Para sua surpresa, ao se aproximar, Carlos percebeu que havia acertado um ciclista que estava passando pela trilha da floresta. Com base no caso concreto apresentado, assinale a assertiva correta sobre o erro de tipo:

- a) Carlos não pode ser responsabilizado pelo disparo, pois não tinha a intenção de ferir o ciclista.
- b) O erro de Carlos é irrelevante, pois ele estava caçando legalmente na floresta.
- c) O erro de Carlos é um erro de tipo, que exclui o dolo, pois ele acreditava estar atirando em um animal.
- d) Carlos cometeu um crime doloso, pois deveria ter verificado antes de disparar sua arma.
- e) O erro de Carlos configura um erro de proibição, pois ele não sabia que era proibido caçar naquela área.

44. Maria da Silva é brasileira nata, mas no ano de 2021 passou a residir nos Estados Unidos da América tendo se naturalizado americana no ano de 2024. Ocorre que ela cometeu um crime de homicídio nos Estados Unidos e retornou ao Brasil buscando se esquivar de eventual punição

Diante do exposto, levando em conta a situação envolvendo a nacionalidade e as normas que regem a matéria, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil poderá efetivar sua extradição vez que, ao optar pela nacionalidade estrangeira, ela perde a nacionalidade brasileira.
- b) O Brasil poderá efetivar a extradição, mesmo que ela seja considerada brasileira nata, uma vez que o princípio da justiça universal e proteção aos valores fundamentais básicos impede a impunidade.
- c) Ela só perderá a nacionalidade se fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apátrida.
- d) Ela poderá ser submetida a um procedimento de expulsão do território nacional, mas não será submetida a extradição.
- e) O caso reclama que o Brasil submeta Maria ao Tribunal Penal Internacional.

45. A constituição de 1988 é considerada uma constituição de nítido caráter dirigente, em virtude disso, proclamou diversos direitos que são essenciais para a efetivação da ordem constitucional com o fito de efetivar os objetivos fundamentais.

A esse respeito, confira a redação do Art. 7º, XXIII da Constituição:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei”

Até o momento não foi realizada a devida regulamentação do adicional para as atividades penosas, diante do exposto, marque a opção correta:

- a) É possível o ajuizamento de mandado de segurança para assegurar o direito líquido e certo da obtenção do adicional.
- b) A omissão do poder público pode ser combatida mediante ação popular pois tal omissão, claramente, viola a moralidade administrativa.
- c) As inconstitucionalidades por omissão podem ser combatidas mediante Ação Declaratória de Constitucionalidade, desde que seja de competência federal.
- d) No caso concreto, tal ato pode ser impugnado mediante mandado de injunção, seja na modalidade individual ou coletiva, e em abstrato por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão;
- e) Ao judiciário é vedado atuar como legislador nos casos envolvendo omissão inconstitucional, sendo a única alternativa a comunicação da mora ao legislador.

46. Determinado Estado da Federação realizou diversos atos com o fito de sair da federação brasileira. Afirmam que possuem identidade própria e que, em virtude disso, deveriam criar sua própria constituição e ter assegurada sua soberania.

Com base no caso, marque a opção correta:

- a) Tal ato só poderá ser autorizado mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- b) É possível tal situação, mas desde que seguindo o rito do artigo 60 que regulamenta o procedimento de emenda à constituição.
- c) Tal situação enseja intervenção federal que será executada pela união. Tal ato poderá ocorrer de ofício pelo Presidente da República.

d) O caso é de intervenção federal, mas só poderá ocorrer após prévia autorização do Congresso Nacional por votação de maioria absoluta.

e) O Presidente da República pode intervir diretamente nos municípios insurgentes e optar pela não intervenção no Estado-membro.

47. O Presidente da República busca sua consultoria em relação a projeto de lei que foi enviado para a sua análise. O presidente acredita que a matéria é de sua competência privativa e não poderia ter sido deflagrada por parlamentares. Com base no caso, marque a opção correta:

a) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de trinta dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

b) O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso, palavra ou de alínea.

c) Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará no veto.

d) O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto de dois terços dos Deputados e Senadores.

e) Eventual sanção do Presidente não irá convalidar o vício de iniciativa e a norma poderá ser declarada inconstitucional.

48. Sobre o procedimento da medida provisória e seus impactos no ordenamento jurídico, marque a opção correta:

a) Uma medida provisória, ao ser confeccionada, suspende a legislação que lhe é contrária, só irá ocorrer a revogação caso a medida provisória seja convertida.

b) A medida provisória que não for apreciada no prazo constitucional será, automaticamente, aprovada, vez que decorre da noção de freios e contrapesos. O legislativo ao não atuar como esperado, convalida o ato presidencial.

c) A medida provisória rejeitada não poderá ser apresentada na mesma legislatura.

d) Não é possível falar em limites materiais a confecção da medida provisória, vez que os pressupostos de relevância e urgência implicam na concessão de poder ao presidente que julgar necessário a ser combatido na confecção de uma medida provisória.

e) A medida provisória, pela sua urgência, deverá ter o início da sua tramitação no Senado Federal.

49. João da Silva é deputado federal e foi condenado criminalmente ao cumprimento de pena de dois anos em regime aberto. Levando em conta a temática das imunidades e os casos de perda do mandato, marque a opção correta.

a) Como João teve suspensos os direitos políticos a perda do mandato será automática.

b) A perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa

c) A decisão pela manutenção ou perda do mandato cabe exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal.

d) A decisão pela manutenção ou perda do mandato cabe exclusivamente ao Superior Tribunal de Justiça.

e) João só terá o mandato cassado de modo automático se for condenado pelos crimes de racismo, terrorismo ou tráfico de drogas.

